



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 008

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE FEVEREIRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Péricles de Mello*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Douglas Fabrício*
Bloco PSB/PRB/PV *Pastor Edson Praczyk*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 008

8ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 09

Projetos de Lei 13

Pequeno Expediente:

Dep. Professor Lemos 14

Dep. Antonio Belinati 15

Dep. Plauto Miró 17

Dep. Elio Rusch 18

Dep. Mauro Moraes 19

Dep. Pastor Edson Praczyk 19

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 16

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 21

Discussão/Votação

3ª Discussão 23

2ª Discussão 23

1ª Discussão 23

Requerimentos 28

Encerramento da Sessão: 31

Publicações:

Ata de Comissão

Constituição e Justiça 32

Publicações Administrativas:

Minuta de Contrato

Aditivo de Contrato 32

Balancete Financeiro

Janeiro/2009 33

DIÁRIO Nº 008

8ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 2009

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Luiz Nishimori.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (44).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Annibelli, Artagão Júnior, Douglas Fabrício, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Luiz Eduardo Cheida, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Ribas Carli Filho e Tadeu Veneri (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

OFÍCIO Nº 060/09 - GP/GS

Curitiba, 16/02/09.

Senhor Presidente:

É este no sentido de solicitar à V. Exa. a republicação da Lei Estadual nº 15951, de 24/09/08, em razão de erro material constante no respectivo Anexo III, pois, no cargo de Eletrotécnico constou nível inicial C1, quando correto é B1, conforme proposta em anexo.

Atenciosamente,

(a) RUY FERNANDO DE OLIVEIRA

ANEXO III

(Altera o anexo II da Lei nº 11719/97, com as modificações posteriores).

ANEXO II		
DESLOCAMENTO NA CARREIRA		
GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR		
CARGOS	INICIAL	FINAL
Assessor Jurídico	E9	F9
Administrador	D9	E9
Analista de Sistema	D9	E9
Arquiteto	D9	E9
Assistente Social	D9	E9

Bibliotecário	D9	E9
Contador	D9	E9
Dentista	D9	E9
Economista	D9	E9
Engenheiro	D9	E9
Estatístico	D9	E9
Jornalista	D9	E9
Médico	D9	E9
Programador de Computador	D9	E9
Psicólogo	D9	E9
GRUPO INTERMEDIÁRIO		
CARGOS	INICIAL	FINAL
Auxiliar de Enfermagem	B1	D8
Desenhista	C1	D8
Eletrotécnico	B1	D8
Mecânico	B1	D8
Oficial Judiciário	A8	D8
Técnico em Computação	C1	D8
Técnico Judiciário	A8	D8

Indicações

INDICAÇÃO Nº 114/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Cultura, atenção especial à necessidade de construção de uma unidade da biblioteca cidadã ao município de Prudentópolis.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subscreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária de Estado da Cultura Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, solicitar:

- Construção de uma unidade de Biblioteca Cidadã, no Município de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de Município com uma população de 48 mil e 700 habitantes e que mantém junto à sua população a preservação dos costumes e principalmente o hábito de praticar a língua de seus antepassados, fundadores do Município, descendentes principalmente de ucranianos e poloneses. Possuidor de um rico acervo histórico em livros, a construção desta unidade, certamente estará contribuindo para que seus habitantes, além de manterem

seus costumes através de pesquisas, possam desta forma divulgar sua cultura entre seus descendentes e aqueles que certamente virão a habitar esta cidade.

INDICAÇÃO Nº 115/09

SÚMULA:

Propõe a construção de uma sede para abrigar a Guarda Mirim na cidade de Irati.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subscreve, vem, respeitosamente, perante o Sr. Roberto Requião, Governador do Paraná, solicitar:

- Construção de uma sede para abrigar a Guarda Mirim na Cidade de Irati.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

O projeto Guarda Mirim, desenvolvido através da Associação de Moradores de Rio Bonito na Cidade de Irati, atende um público de 200 crianças e adolescentes entre 9 e 18 anos, oferecendo atividades em contra turno escolar, além de encaminhar jovens para o mercado de trabalho pela Lei do Menor Aprendiz. É um trabalho que orgulha a comunidade e tem tirado muitos jovens da rua encaminhando-os para uma vida que vislumbra um futuro promissor a todos aqueles que frequentam esta instituição.

INDICAÇÃO Nº 116/09

SÚMULA:

Propõe ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando a execução de obra de pavimentação asfáltica da Estrada dos Amores, localizada no Município de Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando a execução de obra de pavimentação asfáltica da Estrada dos Amores, localizada no Município de Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Valdomiro Gonçalves Pereira, da Câmara Municipal de Cianorte/PR.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de estrada vicinal que liga a rodovia PR-323 à PR-082, cujo asfaltamento desviará o tráfego intenso das avenidas da cidade de Cianorte, principalmente a avenida Minas Gerais, por onde transitam caminhões e carretas, provocando deteriorização no asfalto e grande incômodo aos moradores com poluição química, sonora e riscos de atropelamentos.

INDICAÇÃO Nº 117/09

SÚMULA:

Sugere a implantação de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança em Dois Vizinhos.

Ao Exmo. Secretário de Estado da Saúde:

O Deputado Caíto Quintana dirige-se a V. Exa. para expor e requerer o seguinte:

Seja implantada, com a máxima brevidade, no Município de Dois Vizinhos, uma Clínica da Saúde da Mulher e da Crianças.

Trata-se de reivindicação dos municípes, já anunciada pelo Sr. Governador, que virá beneficiar em muito o atendimento às mulheres e crianças não só do próprio Município, mas também das redondezas.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) CAÍTO QUINTANA

INDICAÇÃO Nº 118/09

SÚMULA:

Propõe transformar o atual Pelotão da Polícia Militar em Companhia no Município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Segurança do Estado do Paraná:

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Transformar o atual Pelotão da Polícia Militar em Companhia no Município de Sarandi.

A solicitação justifica-se para melhor atender pessoas, devido ao aumento e desenvolvimento populacional do Município, para que se efetive a segurança do cidadão.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 119/09

SÚMULA:

Propõe a doação de 500 carteiras escolares no Município de Sarandi.

A Exma. Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde - Secretária da Educação do Estado do Paraná:

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Propõe a doação de 500 carteiras escolares no Município de Sarandi.

A solicitação justifica-se que as escolas estaduais deste município estão com falta de carteiras escolares, impossibilitando o início das aulas deste no ano letivo.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 120/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de São Jorge do Ivaí.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de São Jorge do Ivaí, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 121/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Santo Antonio do Caiuá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Santo Antonio do Caiuá, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 122/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Quinta do Sol.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Quinta do Sol, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 123/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Peabiru.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Peabiru, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 124/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Paçandu.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Paçandu, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 125/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Parana-city.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Parana-city, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 126/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Ourizona.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de

Ourizona, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 127/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Nova Esperança.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Nova Esperança, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 128/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Nossa Senhora das Graças.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Nossa Senhora das Graças, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 129/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Mariluz.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Mariluz, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 130/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Munhoz de Melo.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Munhoz de Melo, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 131/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Marumbi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Marumbi, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 132/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Marialva.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Marialva, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 133/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Mandaguaçu.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Mandaguçu, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 134/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Lobato.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Lobato, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 135/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Jussara.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Jussara, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 136/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Jandaia do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Jandaia do Sul, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 137/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Ivatuba.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Ivatuba, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 138/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Iguaraçu.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Iguaraçu, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 139/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Floresta.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Floresta, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 140/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Engenheiro Beltrão.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Engenheiro Beltrão, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 141/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Colorado.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Colorado, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 142/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Cambira.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Cambira, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 143/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Boa Esperança.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Boa Esperança, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 144/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Atalaia.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Atalaia, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 145/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Astorga.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Astorga, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 146/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Sarandi, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 147/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de São Tomé.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de São Tomé, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 148/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município de Terra Boa.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 1 (uma) Unidade de Saúde da Mulher e da Criança no Município.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Terra Boa, que há muito reivindica, uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) DR. BATISTA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 310

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, retirada da pauta o Projeto de Lei nº 190/08, item 05, para ser enviado à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, para receber análise e parecer.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 309

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar ausência nas Sessões Ordinárias dos dias 10 e 11 de fevereiro do corrente ano, por compromisso oficial assumido em Brasília/DF.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) FELIPE LUCAS

REQUERIMENTO Nº 247

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Roberto Assis de Paula, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 248

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valdomiro Severino de Oliveira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 249

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Felissimo de Oliveira Rocha, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 250

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Romário Bueno Martins, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 251

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Mendes Melo, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 252

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nilo Cesar Weigert, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 271

Senhor Presidente:

Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Hatsue Hirata, do lar, com 95 anos de idade, no último dia 15 de janeiro, na cidade de Arapongas.

Hatsue Hirata era filha do Sr. Utaro Hirata e da Sra. Shizu Hirata, e era viúva do Sr. Kumaki Hirata, colecionador de orquídeas aposentado. Deixa 06 (seis) filhos; Izabel, Suzana, Antonio, Miguel, Manoel e Regina. Deixa ainda genros, noras, 21 (vinte e um) netos e 08 (oito) bisnetos.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 272

Senhor Presidente:

Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Haruo Fujimura, agricultor aposentado, com 88 anos de idades, no último dia 02 de janeiro, na cidade de Curitiba.

Haruo Fujimura era filho do Sr. Sadahiko Fujimura e da Sra. Shiguo Fijimura. Deixa viúva a Sra. Kazuko Tikazawa Fujimura e quatro filhos; Dante Akihiko Fujimura, LÍlian Tomoko Fujimura, Helio Hidehiro Fujimura e Mirian Rubiko Fujimura Kamei. Deixa ainda genros, noras e sete netos.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 273

Senhor Presidente:

Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Alberto Isamu Manei, militar da aeronáutica, Cindacta II, com função de cirurgião-dentista, com 59 anos de idade, no último dia 09 de janeiro, na cidade de Curitiba.

Alberto Isamu Manei era filho de Sr. Takato Manei e da Sra. Toshiko Manei. Deixa viúva a Sra. Heth de Melo Manei e cinco filhos; Sheila de Melo Manei, Sinara

de Melo Manei, Júnio de Melo Manei, Magda de Melo Manei, Yuri de Melo Manei. Deixa ainda genros, noras e quatro netos; Fred Hiro Takeuchi Júnior, Luana Manei Moraes, Igor Sanches Manei, Murilo Hideki Manei Ikeda.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 246

Senhor Presidente:

A Deputada Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações pela posse da 1º mulher na Direção Geral do Hospital de Clínicas da UFPR professora Dra. Heda Maria Barska dos Santos Amarante, onde vem prestando relevantes serviços a saúde de toda sociedade paranaense e de outros Estados vizinhos.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 253

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao 1º Sargento José Antônio dos Santos, enviando-lhe voto de congratulações em razão da posse na Chefia do Tiro-de-Guerra de Maringá. Que aconteceu em 01/12/08.

É fundamental o trabalho do Órgão de Formação de Reserva (OFR), pois transmite aos jovens valores e disciplina, merecendo o reconhecimento desta Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 254

Senhor Presidente:

Na quinta-feira aconteceu a posse dos novos dirigentes da Sociedade Rural de Altônia, entidade que congrega produtores locais e é responsável pelo estímulo do setor produtivo daquele pujante Município da Região de Entre Rios.

Neste sentido gostaríamos de REQUERER este registro e o envio de congratulações da Assembleia Legislativa aos dirigentes empossados: Presidente Wagner Kiyoshi da Silva; Vice-Presidente Gilbert Albano; 1º Secretário Sérgio Luiz Sala; 2º Secretário Maurício Leite da Silva; 1º Tesoureiro Alexandre Melissinas; 2º Tesoureiro Benedito José da Silva; Diretor Social e de Divulgação Claudenir Gervasone; Diretor de Patrimônio Braz Reberte Pedrini; Diretor da Escola de Equitação Rural Carlos Guilherme; Diretor de Feira, Exposições e Leilões Wlamir Pizzi; membros do Conselho Fiscal Antonio

Evangelista, Claudio Francisco, Donizete N. da Silva, Valdecir Flavio Silvano e José Picciúto; membros do Conselho Consultivo Hélio Matias, Hermes Schuenk, Valdir Rovere, Valcir Savi e Wilson Gervasone.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 279

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve vem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUERER, após ouvido o douto Plenário, a aprovação de votos de congratulações pela comemoração dos 30 anos da TV Tarobá.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A TV Tarobá, maior TV do interior do Brasil tem se destacado, durante os 30 anos de existência, pela valorização da cultura regional paranaense. Da mesma forma, tem estado presente em todos os acontecimentos de maior destaque na evolução da sociedade paranaense.

A Rede Tarobá, originária de Cascavel, no decorrer de sua prestigiosa história, tem expandido seu alcance e estrutura, como por exemplo, com a instituição de sucursais em Foz do Iguaçu e Curitiba.

Assim, pelo relevante serviço prestado à sociedade paranaense, requeremos a aprovação do presente voto de congratulação.

REQUERIMENTO Nº 260

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Frei Ovídio Zanini.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Frei Ovídio Zanini, Frei Capuchinho, Sacerdote desde 1957, licenciado em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana, e em Ciências Bíblicas pelo Pontifício Instituto Bíblico, ambos em Roma, formado em Filosofia pela Universidade Federal de Florianópolis, professor de Teologia, da Sagrada Escritura, de Filosofia e da História Eclesiástica, escreveu diversos livros sobre relaxamento e programação mental, foi fundador da Fundação de Regeneração do Indigente, atualmente conhecida como Fundação de Assistência Social, dedicado a retiros, confissões, auxílio a pessoas com problemas de ordem interior ou emocional, uma vida pautada pelo bem do ser humano e pela transmissão de conhecimento ao semelhante, fraterno, sustentado pelo espírito de oração, vive de forma evangélica, unido e unindo em comunhão fraterna, difundindo a palavra de Deus.

REQUERIMENTO Nº 261

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Delegado Federal Delci Carlos Teixeira.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Delegado Federal Delci Carlos Teixeira que deixa a Superintendência da Polícia Federal no Paraná, após dedicar-se a comunidade e ao próprio departamento, levando honradez e respeito aos quadros da instituição, valorizando suas funções e de seus pares, como excelente desempenho, é um dos membros que justificam as homenagens que lhe são conferidas, motivo de orgulho para a corporação. Destacou-se no combate a criminalidade em nosso Estado, tendo marcado sua passagem frente a regional pelos excelentes serviços prestados a todos os paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 262

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Delegado Federal Mauricio Leite Valeixo.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Delegado Federal Mauricio Leite Valeixo pela posse na superintendência da Polícia Federal no Paraná, dedicando-se a comunidade e ao próprio departamento, leva honradez e respeito aos quadros da instituição, valorizando suas funções e de seus pares, com excelente desempenho, é um dos membros que justificam as homenagens que lhe são conferidas, motivo de orgulho para a corporação. Destacou-se no combate ao tráfico internacional de drogas quando era Delegado no Paraná. Foi Diretor da Academia de Polícia em Brasília, é o primeiro Delegado paranaense a assumir a Superintendência.

REQUERIMENTO Nº 263

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Delegado Federal Vagner Mesquita.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Delegado Federal Vagner Mesquita e sua equipe pelo excelente trabalho realizado na repressão e apreensão de drogas no país, dedicando-se a comunidade e ao próprio departamento, levando honradez e respeito aos quadros da instituição, valorizando suas funções e de seus pares com excelente desempenho,

é um dos membros que justificam as homenagens que lhe são conferidas, motivo de orgulho para a corporação.

REQUERIMENTO Nº 264

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Inês Ultramari Harti.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Inês Ultramari Harti, pela posse na regional de Santa Felicidade, para onde retorna pela sua grande competência e dedicação, pessoa muito atenciosa e simpática, extremamente querida pela população do nosso amado bairro de Santa Felicidade, administradora carismática e conhecedora das prioridades da comunidade, é promotora de formas e métodos de execução de projetos comunitários, desenvolvendo o planejamento local de modo compatível com as ações definidas pela municipalidade.

REQUERIMENTO Nº 265

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Escritório Lima Lopes Advogados Associados.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Escritório Lima Lopes Advogados Associados, que apresenta ampla estrutura organizacional trazendo soluções para pessoas jurídicas, tendo como princípio a busca de soluções seguras atuando com zelo e ética para a preservação dos interesses de seus clientes, de seu patrimônio bem como dos seus sócios, com atendimento personalizado em todas as áreas do Direito, oferecendo atendimento técnico jurídico empresarial de forma eficiente, dinâmica e personalizada, visando resguardar os interesses das empresas clientes, antecipando e gerando resultados, a fim de ser reconhecido como sinônimo de eficiência na área jurídica.

REQUERIMENTO Nº 266

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Dra. Luciana Collaço.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Dra. Luciana Collaço, gastroenterologista que estudando, diagnosticando e tratando clinicamente as doenças do aparelho digestivo, através do ponto de vista cirúrgico, desenvolve um trabalho junto a comunidade de dedicação e empenho no bom exercício

de sua profissão, dignificando e elevando a categoria, referência no atendimento com dignidade ao cidadão, desempenha suas funções no objetivo de levar saúde e qualidade de vida aos seus pacientes.

REQUERIMENTO Nº 267

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Toni Reis.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Toni Reis, pelo seu engajamento na luta contra a pedofilia, destacando-se como um cidadão de luta pelas causas da comunidade, promovendo a cidadania e defendendo os direitos daqueles que sofrem com os abusos praticados contra a sua pessoa, lutando incansavelmente contra toda e qualquer forma de exploração contra o ser humano.

REQUERIMENTO Nº 268

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Vera Lúcia de Souza Andretta pela posse da Presidência da APACN - Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Vera Lúcia de Souza Andretta pela posse da Presidência da APACN - Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia, por realizar um trabalho altruísta contínuo de humanização do tratamento do câncer infantil, dando direito ao acolhimento a qualquer criança, independente de sua posição socioeconômica, cultural ou religiosa, em uma entidade filantrópica, sem fins econômicos, considerada de utilidade pública.

REQUERIMENTO Nº 270

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da rua Isac de Oliveira - bairro Uberaba, que solicitam policiamento ostensivo nessa rua e na Rua Antonio Brandalize, até as proximidades do Colégio Donatila Caron devido a presença de muitos traficantes de drogas que estão dominando a região. A população encontra-se muito apreensiva pela falta de segurança no bairro, motivo pelo qual solicitam no atendimento da presente solicitação.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 278

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 549/07 e 092/08, que objetivam declarar utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro São Francisco de Assis, com sede e foro no município de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 029/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A política estadual sobre os cuidados com a saúde em relação ao uso do computador será composta por orientações destinadas aos estudantes das escolas públicas de ensino fundamental e médio pertencentes ao Estado do Paraná.

Art. 2º Para a execução da política estadual sobre os cuidados com a saúde em relação ao uso do computador, o Poder Executivo disporá de instrumentos como seminários, debates, cursos de formação e material de divulgação nos meios de comunicação de massa.

Art. 3º Os órgãos competentes criarão uma cartilha com orientações sobre os cuidados com a saúde em relação ao uso do computador para ser distribuída gratuitamente aos estudantes das escolas públicas de ensino fundamental e médio pertencentes ao Estado do Paraná.

Parágrafo Único. A cartilha no *caput* será também distribuída gratuitamente aos pais nas reuniões de pais e mestres.

Art. 4º O conteúdo da cartilha versará sobre posturas adequadas da cabeça, braços e corpo, bem como distância ideal da visão do campo da tela, além de outras instruções importantes, como períodos de descanso, durante o uso do computador.

Parágrafo Único. A cartilha deverá ser escrita em linguagem simples, de fácil entendimento, colorida e ilustrada.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Inicialmente, convém ressaltar que em nada estamos ferindo competência constitucional com este nosso projeto de lei, uma vez que a própria Carta Magna deter-

mina a obrigação do Estado de cuidar e preservar a saúde da população.

A Constituição da República Federativa do Brasil, no seu artigo 24, inciso XII, é clara ao afirmar:

“Art. 24. Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde” (grifos nossos).

Nossa proposta visa proteger a saúde dos jovens escolares que passam inúmeras horas na frente de uma tela de computador, colocando em risco especialmente sua saúde visual, mas também sua postura, bem como a funcionalidade de seus membros, tanto dos braços como dos dedos.

A imprensa já está relatando fatos que justifiquem nossa preocupação, pois matéria publicada no jornal Folha de São Paulo, edição do dia 10/11/08, na página C7, assinada pela jornalista Iara Biderman e intitulada “Computador eleva risco de miopia”, traz os resultados de uma pesquisa conduzida pelo oftalmologista Leôncio Queiroz Neto, do Instituto Penido Burnier, de Campinas.

Com a pesquisa, foi possível constatar que a porcentagem de miopia, observada entre as crianças que passavam longas horas sem tirar os olhos do monitor, era de 21%. Já a porcentagem de míopes no Brasil, dentro da mesma faixa etária do estudo (crianças de 9 a 13 anos de idade), é de 12%.

Ainda que os resultados da pesquisa não sejam conclusivos, a opinião de outros especialistas endossa os números obtidos. O professor de oftalmologia Paulo Augusto de Arruda, da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP - e Coordenador de Comissão de Ensino do Conselho Brasileiro de Oftalmologia - CBO, também mencionado na matéria, indica estudos que revelam a duplicação de míopes, no mundo, nos últimos 20 anos.

O professor Arruda enumera três causas possíveis para o aumento da miopia: a influência genética, o uso de determinados alimentos e medicamentos, que podem contribuir para o aumento dos casos, e o maior envolvimento da população com atividades que exigem focalização de perto. Nessa última causa, sem dúvida, incluem-se a utilização de computadores e a proximidade das telas.

Por outro lado, há relatos, conhecidos de todos nós, de pessoas que sofrem de tendinite (inflamação nos tendões) provocada por excessiva digitação em computadores. Há, ainda, outros que dão conta de dores na coluna e pernas, entre outras anomalias.

Dessa maneira, entendemos que será bastante oportuna a criação de uma política pública sobre os cuidados com a saúde em relação ao uso do computador, bem como a confecção de cartilha gratuita, confeccionada em linguagem simples, com figuras coloridas ilustrativas, mostrando aos nossos jovens como devem se posicionar diante dos computadores e de suas telas.

Assim, em vista do exposto, considerando ainda que proposta semelhante do Deputado mineiro Carlim

Moura aborda este tema, contamos, uma vez mais, com o indispensável apoio de nossos nobres Pares para a aprovação de tão importante propositura.

PROJETO DE LEI Nº 030/09
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Denomina um logradouro público estadual destinado à prática desportiva, de Lourival Barão Marques.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de suas publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Advogado de clubes, ex-atleta amador, cronista esportivo, dirigente da Federação Paranaense de Futebol, Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva do Paraná; homem de muitas atividades ligadas ao esporte, Lourival Barão Marques faleceu às seis da manhã desta terça-feira (03/02/09), em Curitiba, aos 60 anos.

Natural de Palmeira, Barão trabalhava como gerente do Tourist Hotel no final dos anos 70, quando ingressou no meio esportivo. Antes disso, ainda garoto, foi jogador de futebol amador em Santa Catarina. Atuou como comentarista de rádio por cerca de duas décadas e fez parte dos anos de ouro da Rádio Clube Paranaense.

Barão afastou-se da imprensa esportiva para tornar-se dirigente e dedicar-se à carreira de advogado. Por muitos anos foi assessor jurídico da FPF. Ocupou por duas vezes o comando da Comissão de Árbitros da FPF (1985 a 90 e 97 a 99). Ele também presidiu a Associação de Cronistas Esportivos do Paraná (ACEP/PR), foi advogado de diversos clubes e, até dois anos atrás, era auditor do Tribunal de Justiça Desportiva, órgão que presidiu por duas oportunidades. Apesar de ter sido assessor jurídico e até coordenador de futebol do Atlético, Barão era torcedor alviverde e foi Conselheiro do Coritiba.

Portanto justa homenagem de nosso Estado em conceder a um espaço desportivo o nome do eminente Lourival Barão Marques.

PROJETO DE LEI Nº 031/09
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica acrescido o artigo 1-A, após o artigo 1º da Lei Estadual nº 12857 datada de 01/02/00, que passa a vigorar com o seguinte teor, mantendo-se os demais artigos inalterados:

“Art. 1-A - O aluno que aplicar trote violento nos colegas ficará proibido de fazer estágio em órgãos públi-

cos e de fazer concurso para cargos públicos nos três primeiros anos após a conclusão do curso.

Parágrafo Único. A instituição de ensino que deliberadamente incentive, permita ou facilite esse tipo de trote violento, dentro de suas dependências, será multada em 20 mil UFIRs.

Art. 2º Os demais artigos permanecerão com a redação inalterada.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de suas publicação.

Sala das Sessões, em 16/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa aplicar punição objetiva para os estudantes e estabelecimentos de ensino que envolvam deliberadamente na prática de trotes violentos, em clara de artigo que aplique punibilidade objetiva e por isso a inclusão deste artigo merece ser aprovada.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, primeiro orador inscrito, Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me traz aqui é para falar, mais uma vez, do bloqueio que foi feito na rodovia BR-116 na Fazenda Rio Grande, na instalação do novo pedágio, bloqueando a saída de mais de 3 mil famílias. Essas famílias se mobilizaram, fizeram um ato público na semana passada, chamaram uma assembleia, que eu compareci. Produziram um documento com milhares de assinaturas, juntamente com Vereadores daquele Município, como a Vereadora Professora Lirani, que é moradora da região atingida. Também com a presença do fórum que combate pedágio no Estado do Paraná.

Estivemos hoje, com vários moradores daquela região, no Ministério Público Federal, lugar legítimo para receber a denúncia da comunidade. E o Ministério Público já se colocou à disposição para mover ação. Assim como foi feito no pedágio de São José dos Pinhais, para garantir o acesso da população à rodovia. E que a população não tenha que pagar o pedágio para ir de um lado ao outro daquela rodovia e também para ir a Mandirituba. Essa praça fica muito próxima da divisa de Mandirituba, dando prejuízo também àqueles moradores.

O Ministério Público acolheu as nossas denúncias e vai tomar as devidas providências nas próximas horas.

Aquela comunidade precisa de apoio e de ajuda neste momento, que tem que fazer um desvio de quatro a

nove quilômetros para acessar a sua cidade ou acessar um bairro que fica do outro lado da rodovia.

Aquela estrada, que foi dito aqui que não tem importância nenhuma, é uma rodovia federal antiga e tem 276 anos. Serviu, inclusive, de estrada para os tropeiros.

Portanto, é importante para aquela comunidade, sim. Que se reabra o acesso da rodovia BR-116 e se construa trincheira, para impedir que a comunidade fique isolada.

Fizemos a nossa parte, juntamente com a comunidade, com o Fórum que Combate o Pedágio no Paraná e no Brasil.

Também quero aproveitar este espaço, porque estive em Cascavel, na companhia do Secretário da Agricultura, esteve também o Governador Roberto Requião, lá no Show Rural, em que foram entregues 61 tratores do Programa Trator Solidário, e do Programa Bom Alimento. Falo da importância desses programas porque reduzem o valor do trator de R\$ 80 e tantos mil para menos de R\$ 50 mil sua aquisição, com três anos de carência e com mais oito para efetuar o pagamento. Trata-se de dois programas importantes para a agricultura familiar do Estado do Paraná. Foram mais de 80 famílias contempladas lá na Região Oeste, nesta última sexta-feira.

Aproveito este momento para pedir ajuda imediata ao superintendente do Banco do Brasil no Estado do Paraná. Faço isso a pedido da FETAEP - Federação dos Agricultores do Paraná. Em alguns Municípios, o gerente do Banco do Brasil está dizendo aos agricultores que não tem recurso disponível para fazer a aquisição do trator nesses programas. Então, queremos que em todos os Municípios, todas as agências do Banco do Brasil recebam bem os nossos agricultores, como sempre receberam, e mais do que receber bem, acolham o pedido desses agricultores para aquisição do Trator Solidário, que é muito importante para a nossa agricultura familiar no Estado do Paraná e, também, do Programa Bom Alimento.

Já pedimos uma audiência e, nos próximos dias, vamos estar conversando com o superintendente do Banco do Brasil para que esses importantes programas sejam, de fato, implementados no Estado do Paraná, com toda sua força e todo seu vigor.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, concedo a palavra neste instante ao Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus; Dr. Batista, um homem que dedica os fins de semana para operar aquele povo pobre que não pode pagar a cirurgia, em Maringá. Parabéns, Dr. Batista! Deputado Nishimori, essa figura

que tem dado tanto apoio à colônia nipo-brasileira. Nobres colegas, comitê de imprensa, telespectadores da TV SINAL e, também, da TV MERCOSUL, visitantes.

Presidente Nelson Justus, registro um e-mail que recebemos da Sra. Edmar Dovani. Diz assim: “Boa-tarde, Srs. Deputados! Venho por meio deste, demonstrar minha insatisfação com o decreto do Sr. Governador do Estado que dobra o padrão dos professores.” O Requião dobrou o padrão de trabalho dos professores, mas o Governador fez isso alegando a qualidade do ensino em nosso Estado. Diz aqui a Sra. Edmar: “Educação de qualidade se tem com salários decentes, espaço físico adequado, tempo para o professor planejar suas aulas, entre outras coisas.” Está certo, Sra. Edmar. Não é só dobrar o padrão, ao invés de trabalhar 40 horas, trabalha 80. Isso não é qualidade de ensino. Ela está correta, porque qualidade de ensino passa por salários decentes, espaço físico adequado e até o tempo que o professor tem que ter, sim, para poder planejar suas aulas, dentre outras matérias.

O professor não vai chegar na sala de aula e depois do curso, da aula, que ele vai ficar concatenando o que vai ministrar como tarefa de aula. Ele tem que preparar isso onde? Geralmente na sua casa. É o que dizemos aqui: o professor trabalhar não é só quando está na sala de aula, não. Muita gente trabalha dentro da sua casa corrigindo prova, preparando tarefa, corrigindo tarefa, é muito mais árduo do que o momento que ele permanece dentro da sala de aula.

“Na esperança de que os Srs. Deputados não permitam mais esse desmando do Sr. Governador, agradeço. Espero, em breve, revê-lo assumindo a Prefeitura da nossa querida Londrina. Obrigada”.

Então, a professora Edmar tem toda a razão. E reforçamos a conveniência de se pagar um salário não com aqueles badulaques, com aquelas bijuterias que são acrescidas no salário do professor, e que lembramos que o professor precisa ganhar um salário compatível, sim, com a nobre missão que está depositada sobre seus ombros, que é ministrar cultura, conhecimento, educação para os seus alunos, para suas alunas. Lembrando que o professor, muitas vezes, muito cedo, pode ser vítima de um esgotamento, minha cara professora Edmar, porque tem todo o tipo de aluno na sala de aula, tem o aluno que é agradável, tem até o aluno que se apaixona pela professora, tem aluna que se apaixona pelo professor, tem o aluno que se apegue mais ao professor ou à professora do que à sua própria mãe, do que ao seu próprio pai, porque ele sente dentro da escola, no ombro amigo do professor, um carinho que muitas vezes ele não tem dentro da sua casa.

Então, Governador Requião, não é aumentando a carga horária dos professores, isso não é garantir melhor salário, não, isso é fazer muitas vezes com que o professor acabe envelhecendo até antes do tempo.

Concordo com a professora Edmar, tem que pagar um salário justo, adequado, compatível, espaço físico e tantas outras coisas que os nossos professores são merecedores.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Nobre Deputado Nelson Justus, eu conversava com o Deputado Alexandre Curi, que tem sido também um grande ombro amigo de todos nós aqui, a respeito da violência no futebol mais uma vez neste final de semana.

O Alexandre Curi, em que pese ser um jovem, também manifestava a sua preocupação com esse nível de violência. Em Belo Horizonte mataram mais um. Em São Paulo a TV está mostrando para o mundo inteiro um jogo, até sem grande importância, São Paulo e Corinthians, Campeonato Paulista, não está valendo o título é apenas uma fase de classificação para escolher os quatro que depois vão disputar o título de Campeão Paulista e mesmo assim em um jogo sem grande importância, o que houve? Mais uma vez violência, tiro, bomba, gente ferida. Isso não é coisa do esporte.

O verdadeiro desportista vai ao estádio, para torcer a favor do seu clube e às vezes contra o clube adversário. Mas, o verdadeiro desportista não sai de casa com a intenção de matar, jogar pedra, de agredir policial, de agredir torcedor de time contrário. Outro dia em Brasília, um policial matou um jovem torcedor do São Paulo. Ontem um rapazinho se preparando para ir ao jogo em Belo Horizonte para ver Cruzeiro e Atlético, vencido pelo Cruzeiro por 2x1, passa um torcedor de time contrário e atira no jovem torcedor que estava no ponto de ônibus. Isso é torcer? Isso é futebol? Não, minha gente.

A Europa, agora, depois de tanta punição, está dando uma grande lição para o mundo, os grandes estádios da Europa não têm mais esse negócio de alambrado, não, o jogador está jogando aqui e o torcedor está ali, frente a frente com ele. O torcedor sabe e o time também está tomando providência - se aquela massa torcedora invadir o gramado e cometer qualquer tipo de violência, que o rigor das normas do futebol serão aplicadas contra aquele time.

Como é gostoso ligarmos o Esporte TV - esses canais internacionais - e podermos ver que nas grandes praças de esporte do mundo, não há mais alambrado. As pessoas têm que saber que estão indo ali para torcer. Seria o caso de pensar em por um alambrado também no teatro, para separar o público dos atores que estão no palco.

Não é nem preciso chegar no estádio do Morumbi, do Pacaembu ou do Mineirão, ou na Arena, ou no Couto Pereira, vem àquela pessoa de má-índole, de má-formação, bandida, assassina, praticam a violência, que se travestem de torcedores, queimam ônibus, depredam e riscam carros, batem, agridem, dão paulada e pedrada. Há pessoas que estão em uma cadeira de rodas, paraplégicos, porque foram vítimas de violência, nas maiores praças de pedágio do Brasil.

Queira Deus, nobres colegas, que possamos ver isso aqui no Brasil, porque não estamos vendo ainda o verdadeiro sentido da prática do futebol. Saímos de casa

para ir a um estádio de futebol, para curtimos alegria. Às vezes até sofrer, ao ver a derrota do nosso time, mas jamais extravasar a vitória ou querer afogar a mágoa de uma derrota, apedrejando, dando paulada, tiro, esfaqueando, matando, cometendo violência, a violência de hoje, em Belo Horizonte, em São Paulo e aqui em Curitiba, que constantemente temos idêntico tipo de prática de violência.

Vamos fazer com que a nossa massa torcedora entenda qual é o verdadeiro sentido do futebol. Que a direção de cada clube esteja preparada para punir os seus torcedores que abusarem na prática da violência.

Sr. Presidente Nelson Justus, a televisão, os jornais e as rádios mostraram, nos últimos dias, uma repetição triste da onda de violência em trotes de calouros que estão ingressando nas universidades, nas mais diferentes regiões do Brasil. Ontem vi na Record, a moça grávida que perdeu a criança, vi pessoas com o corpo todo cortado, moças com as costas totalmente queimadas, porque foram aprovadas no vestibular. E aquilo que deveria servir de alegria acabou quase virando em tragédia. Vi o trauma de um moço que chegou ao coma alcoólico, porque fizeram-no ingerir uma grande quantidade de bebida. Ele disse que naquela faculdade ele não vai estudar.

Vamos entrar com um projeto nesta Casa, e se ele for aprovado, sancionado e transformado em lei, vai estipular uma multa para cada universidade onde houver o resultado do vestibular e a comemoração for na base da violência. A Assembleia tem poder, não é inconstitucional, é perfeitamente legal e constitucional. Houve o resultado do vestibular, houve o trote e a violência, o jovem calouro todo feliz, a família feliz porque o jovem passou no vestibular, aplica-se uma multa rigorosa, seja ela universidade pública ou privada.

Eu via ontem ainda o caso de uma família, Deputado Plauto, Deputado Elio Rusch, a televisão mostrava uma cena que já vimos antes, eu não sei se a família é chinesa ou japonesa, que o jovem passou na USP em Medicina e fizeram o rapaz entrar na marra na piscina para um trote. Ele não sabia nadar e morreu. E o pai do rapaz, creio até que de desgosto também, acabou morrendo e não viu, antes de morrer, qualquer tipo de punição para aqueles veteranos que fizeram, talvez até uma brincadeira infeliz, não importa se foi brincadeira, se foi uma violência premeditada, mas estamos anunciando hoje o nosso projeto de lei, onde qualquer trote violento aqui no Paraná, independente de sanção penal, aplica-se uma multa na universidade, porque se o seu veterano está praticando violência para celebrar a chegada dos novos calouros é porque essa universidade não está ministrando, nobre Deputado Ricardo Barros, um ensino adequado para os seus jovens acadêmicos.

Este é o projeto que vamos apresentar nesta Casa, porque não suportamos mais ver tanta coisa feia, tanta violência, é no futebol, é na divulgação do resultado dos vestibulares, e isto tem servido, nos parece até, como pro-

pagação e até para induzir uma outra faixa de jovens a também aderir, a virar adeptos da prática de violência.

Chega de violência! Queremos paz, paz no futebol, paz na divulgação do resultado do vestibular, paz em todos os sentidos para os nossos irmãos, para o nosso povo paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Plauto Miró.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, no dia 18 de novembro aprovamos aqui na Casa um pedido de informações ao Governo do Estado, mais precisamente à COHAPAR, em relação aos seguros que a COHAPAR tem contratado para assegurar as residências, as casas que são construídas por essa companhia. Entre as empresas que solicitamos, diversos outros itens. E como se trata de um pedido de informações e o mesmo foi aprovado dia 18 de novembro, até o presente momento não recebemos ainda a resposta.

E uma outra questão que gostaríamos de levantar também, Sr. Presidente, é que em dezembro foi retirado um projeto, dia 10 de dezembro, foi retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 502, de autoria do Poder Executivo, por 10 Sessões, por parte, lógico, a pedido do Governo, eu acredito, que trata sobre o salário para os professores de ensino da rede básica do Estado do Paraná, ou seja, aquele piso dos professores públicos estaduais do nosso Estado. Este projeto foi retirado por 10 Sessões, não sei se continua tramitando aqui na Casa ou se o Governador retirou definitivamente. se não foi retirado, solicitamos a volta desse projeto, uma vez que foi retirado por 10 Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Agradeço a colocação dos dois temas de V. Exa. e vou providenciar a resposta para ver o que houve com isso.

Com a palavra o Deputado Plauto Miró.

Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na última quinta-feira, dia 12 e também no dia 13, estivemos visitando a Agro-Show, lá no Município de Cascavel, patrocinada e organizada pela COOPAVEL. Quero dizer aqui que, pela primeira vez, fui visitar a Agro-Show e fiquei surpreso com tudo aquilo que lá eu vi: uma bela organização, onde tem a demonstração de equipamentos ligados à agricultura, ao agronegócio, equipamentos de última geração com tecnologia altamente desenvolvida.

Também vimos empresas de defensivos agrícolas mostrando seus lançamentos, mostrando tudo aquilo que

elas já detêm e oferecem no mercado, para que possamos, através desses defensivos, ter o aumento da produção da produtividade no nosso País. Também várias empresas que desenvolvem e fazem pesquisa com a soja, com o milho estavam lá presentes mostrando as suas últimas variedades desenvolvidas e mostrando a todos aqueles que ali estavam o bem que elas vêm fazendo para possibilitar que a produtividade possa, dia a dia, aumentar no nosso País.

Depois de andarmos bastante, visitarmos vários stands, tivemos também a movimentação política. Lá estava presente o Governador de São Paulo, José Serra, o Prefeito da Capital do Estado, Beto Richa, estava visitando a feira o Deputado Gustavo Fruet, o nosso amigo e ex-Deputado hoje Prefeito de Cascavel, Edgar Bueno. Junto com todos pudemos visitar aquela bela exposição, aquela bela apresentação de tecnologia que a Agro-Show traz para todos os paranaenses, brasileiros e também pessoas de outros Países que lá estavam visitando e buscando os conhecimentos que foram desenvolvidos pela indústria brasileira e também pelos institutos de pesquisa do nosso País.

Ao mesmo tempo que lá estivemos, em conjunto com o Prefeito de Curitiba, Beto Richa, que foi lá fazer a sua visita, agora nessa próxima semana, quero deixar aqui registrado que na nossa região dos Campos Gerais, a Fundação ABC, que é uma fundação mantida pela Cooperativa CAPAL, lá de Arapoti, também pela Cooperativa Batavo, de Carambeí e pela Cooperativa Castrolanda, do Município de Castro que, através da Fundação ABC vão fazer e apresentar, Sr. Presidente, o 12º Show Tecnológico de Verão. Ali vamos ter a exposição de variedades desenvolvidas e adaptadas para os nossos Campos Gerais, para o nosso Estado do Paraná, para o nosso clima.

Naturalmente várias empresas de sementes, de defensivos vão estar lá expondo, discutindo, trazendo palestras a esse 12º Show Tecnológico e naturalmente, desta forma, todos aqueles que lá estiverem visitando vão poder adquirir conhecimentos tecnológicos que são levados à agricultura brasileira e em especial aos nossos Campos Gerais e à Cidade de Ponta Grossa, porque esta estação experimental fica localizada no Município de Ponta Grossa e lá estaremos visitando, ouvindo, debatendo e ao mesmo tempo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazendo política, porque a região dos Campos Gerais é uma região voltada para a agricultura e tem, naturalmente, várias lideranças políticas que são também ligadas à agricultura, ao campo. Também agricultores e profissionais de todas as áreas estarão lá visitando.

Aqui quero deixar o convite, como representante dos Campos Gerais, representante de Ponta Grossa, a todos aqueles que se interessarem em conhecer uma bela exposição, um belo show tecnológico, é o momento para ir, para conhecer e naturalmente buscar e manter-se informado sobre tecnologia, inclusive porque, Sr. Presidente, a Fundação ABC está fazendo neste ano 25 anos de exis-

tência, e com esse belo show que lá vai apresentar vai mostrar tudo aquilo que nesse tempo ela conseguiu desenvolver e trazer para os agricultores do Paraná e do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na mesma linha de raciocínio do Deputado Plauto, gostaria neste momento de render as nossas homenagens à COOPAVEL, cooperativa da Cidade de Cascavel, que realizou na última semana o Show Rural.

Cabe neste momento fazer um pequeno histórico do Show Rural, que hoje é um dos grandes eventos do agronegócio do Brasil e, porque não dizer, das Américas. E tudo isso começou com um dia de campo, a cooperativa, como tantas outras empresas, realizam o dia de campo. Um campo experimental, algumas empresas fazem a plantação. E de repente, esse dia de campo começou a tomar dimensões enormes. E hoje o Show Rural, como diz, é uma referência do agronegócio brasileiro.

Também tive a oportunidade de participar, de prestigiar esse evento na semana passada, mais precisamente na quinta-feira, conversando com o Presidente da COOPAVEL, junto com seus diretores, com diversas empresas que fazem o Show Rural acontecer, é um negócio fabuloso. Hoje o Show Rural não é visitado somente por brasileiros e muito menos só por paranaenses, mas é visitado por caravanas dos mais diversos Países da América. E tem Países da Europa, da Ásia que vêm aqui para o Paraná e estiveram também na cidade de Cascavel, visitando o que o Show Rural proporciona para o público visitante.

Estava caminhando no Show Rural e sentíamos a evolução que existiu e que houve nesses últimos anos, tanto na questão de maquinário, na questão genética dos nossos animais, seja de gado de corte, seja de gado leiteiro, seja nos mais diversos animais. Mas o que nos chamou a atenção enquanto caminhávamos pelos corredores foram as empresas que pesquisam as sementes. Não quero citar os nomes das empresas, porque são centenas de empresas que fazem hoje a pesquisa, seja de soja, milho, girassol, outros produtos também para que possamos fabricar e continuar fabricando o biodiesel no nosso Brasil.

Estávamos olhando uma plantação de milho, algumas plantações nos pequenos lotes que foram plantados por algumas empresas. Aí alguém me disse: “Deputado, dá uma olhada como houve uma evolução na questão do milho no nosso Brasil”. Há 15, 20 anos atrás, a espiga de milho era pequena, o produtor tirava 200, 250 sacos por

alqueire. Hoje produz 400 sacos e até mais, desde que o tempo colabore. Aí um dos produtores me disse o seguinte: “Quantas empresas privadas estão aqui no Show Rural? E são essas empresas que estudaram, anos e anos, para que pudéssemos ter a melhor semente e fazer com que nosso agricultor pudesse produzir mais.

Ao lado de Cascavel, no Município de Santa Tereza do Oeste, tínhamos uma empresa chamada Syngenta, que trabalhava no setor da pesquisa e que foi invadida pelo MST com o apoio do Governo do Estado. Quer dizer, houve mortes, infelizmente. E esse agricultor disse o seguinte: “Se não fossem essas empresas privadas, o que seria de nós agricultores? Estaríamos ainda plantando a semente crioula?” É isso que o MST e boa parte do Governo quer que seja plantado? Ele disse: “Será que temos que continuar plantando semente crioula ou temos que acompanhar a evolução?” O que é que os nossos agricultores precisam? Eles precisam reduzir o custo de produção. Não é só aumentar o produto que nós produzimos, não é aumentar a soja, o milho, o trigo, o feijão, a batata, seja lá o que for. Temos que fazer com que o agricultor produza mais, mas reduza o custo de produção. Como é que se consegue atingir esse ponto? Através da pesquisa.

Quando temos empresas privadas que procuram fazer o seu trabalho, pesquisar, fazer com que o agricultor possa produzir cada vez mais, infelizmente, muitas vezes esses centros de pesquisas são destruídos. Isso aconteceu no Paraná, na Syngenta, no Oeste do Paraná e aconteceu no Rio Grande do Sul.

Quer dizer, ainda tem, infelizmente, políticos que incentivam essas pessoas a continuarem invadindo e destruindo aquilo que os nossos técnicos, os nossos cientistas levam anos e anos para produzir.

Faço esse registro para dizer, aqui da tribuna, que aquilo que assistimos, quem foi a Cascavel assistir o Show Rural viu uma verdadeira revolução tecnológica no agronegócio do nosso País.

Parabéns à todas as empresas que investem pesadamente para que o nosso agricultor possa produzir cada vez mais, com melhores sementes, sejam transgênicas ou convencionais. Cabe a nós, Governo, aceitar aquilo que os agricultores querem fazer, e não cabe ao Governo dizer o que o agricultor deve plantar. Se ele quer plantar transgênico, que plante; se quer plantar convencional, que plante; se quer plantar orgânico, mas deixe a liberdade para o nosso agricultor.

Temos duas empresas públicas que fazem pesquisa: uma do Governo Federal, a EMBRAPA, e o IAPAR, que estavam presentes. O EMATER, com poucos técnicos hoje, oferece dentro dos seus limites, dentro das suas condições, as melhores condições para a agricultura. Basta que o Governo aceite o setor privado para que eles possam fazer as suas pesquisas, que nós do Paraná e nós no Brasil possamos produzir cada vez mais.

Faço esse registro mais uma vez, agradeço de uma forma muito especial a todas as cooperativas do Estado

do Paraná, através da sua central, através da OCEPAR, através da FAEP, e através da FETAEP, que cuidam dos pequenos, médios e grandes agricultores. O sistema cooperativista no Estado do Paraná tem contribuído e está contribuindo muito para o desenvolvimento agroindustrial do nosso Estado.

Parabéns a COOPAVEL de Cascavel, na pessoa do seu Presidente, continuem dessa forma, porque é isso que o Brasil precisa, é isso que o mundo precisa de alimentos e nós queremos produzir com menores custos, mas com melhores condições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Deputado Mauro Moraes.

Deputado Mauro Moraes (PMDB)

O Sr. Mauro Moraes

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Ocupo esta tribuna porque a ocasião se oferece também, por se tratar de uma constante preocupação. Tenho recebido durante todos os dias e-mails de policiais militares me alertando que existe uma turbulência muito grande em nosso quartel do Comando Geral e que se estendeu a todos os batalhões da Polícia Militar do Estado do Paraná. O Governo do Estado, em conjunto com o Comando da Polícia Militar, está estudando um aumento para os oficiais graduados da Polícia Militar do Estado do Paraná. Ou seja, de Capitão a Coronel, um, aumento significativo para Capitão, Major, Tenente-Coronel e Coronel.

Eu fiquei bastante preocupado com esta insatisfação que tomou conta, não só do nosso quartel central, mas de todos os batalhões da Polícia Militar do Estado do Paraná. Fui falar com nosso Comandante Geral, Coronel Anselmo. Disse-me que, realmente, o Governo está fazendo este estudo, porque um aumento de Capitão a Coronel, vai representar um impacto financeiro de 2,7 na folha, na pasta de Segurança do nosso Estado. E para estender este aumento aos demais policiais, ou seja, Tenente, Sub-Tenente, Sargento, Cabo e Soldado, teríamos que disponibilizar pelo menos 9%.

Mas, Sr. Presidente, e Líder do Governo, nesta Casa, faço aqui um apelo muito grande à V. Exa, que peça ao Sr. Governador do Estado que não mande a esta Casa um projeto desta natureza, em que se beneficia, no momento difícil da nossa economia, somente aqueles oficiais mais graduados, sob pena de haver uma turbulência muito grande em nosso quartel central, que se estenderá por todos os batalhões do Estado do Paraná.

Houve, há pouco tempo atrás, uma insatisfação muito grande por parte dos policiais militares, quando o Governo, em concurso, deu aos agentes penitenciários do Estado do Paraná um salário de R\$ 2 mil e 500. E o policial militar, o investigador de polícia, com todas as vantagens, não chega a R\$ 1 mil e 700.

Então, estou aqui, Sr. Presidente, Sr. Líder do Governo, dizendo que o aumento aos oficiais de Capitão a Coronel, não é injusto. É muito justo, pois há mais de cinco anos eles não recebem aumento no Estado do Paraná. Mas, o momento é inoportuno para dar aumento somente para Capitão a Coronel, deixando de lado os Praças, Sub-Tenentes, Tenentes, Sargentos, Cabos e Soldados. É uma preocupação muito grande, Sr. Líder do Governo, neste momento de crise, aumentarmos aqueles que ganham mais, deixando de lado aqueles que efetivamente estão no comando das operações nas ruas, que são os Tenentes, Sargentos e os próprios Soldados da Polícia Militar do Estado do Paraná, que ganham metade do que praticamente ganha um agente penitenciário.

Também não estamos querendo frisar que o agente penitenciário está ganhando demais. É um salário justo. O que está aquém das necessidades é o dos Soldados da Polícia Militar, que muitas vezes têm que fazer “bico” em bailão, correndo risco de vida, e deixa de atender, muitas vezes condignamente, a quem ele tem que prestar serviço, à defesa e proteção do cidadão paranaense.

Se este projeto chegar às nossas mãos, como Presidente da Comissão de Segurança, infelizmente ele será emendado, tenho certeza, por unanimidade de nossa comissão, estendido este aumento a todos os policiais militares o Estado do Paraná. Não só Capitão e Coronel, mas também aos Tenentes, Sub-Tenentes, Sargentos, Cabos e Soldados da nossa corporação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, senhoras, senhores e telespectadores.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje, pela primeira vez neste ano de 2009, para tecer minha opinião a respeito de uma matéria que foi amplamente divulgada por vários veículos de comunicação, que diz respeito a essa discussão muito recente sobre liberar ou não o consumo de drogas em nosso País. Essa matéria em especial destacava que o ex-Presidente Fernando Henrique - a quem particularmente admiro e reconheço ser um dos grandes políticos do nosso País, um grande intelectual - reunido com outros intelectuais, defende veementemente a liberação da droga no nosso País.

Até compreendo que algumas siglas partidárias tragam em seus programas, em seus estatutos, essa proposta de liberação. Mas, bem, diferente da opinião do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, tanto eu quanto o partido que represento, o Partido Republicano Brasileiro, somos completamente contra essa proposta. Com-

preendo que, segundo a tese sustentada por esses intelectuais, descriminalizando o porte, o uso da droga, reduziria-se ou se extinguiria o tráfico de drogas. Eu já não penso dessa forma.

Se fizermos uma comparação com outra droga lícita, como o álcool, por exemplo, sabemos estatisticamente que o alcoolismo ainda é uma das doenças que mais mata em todo o mundo, perdendo única e exclusivamente para as doenças do coração. Sabe-se que o alcoolismo é uma doença progressiva e irreversível, e eu bem sei o estrago que o alcoolismo traz a uma família, porque sou oriundo de uma família em que o pai do alcoolatra durante muito tempo. Sei os transtornos, sei a destruição que o alcoolismo traz para um lar, uma família.

Ora, o álcool é uma droga permitida, uma droga lícita e não conheço nenhuma estatística que afirme que o alcoolismo diminui em nenhum País. No nosso País, por exemplo, não.

Então, partindo desse princípio, obviamente que com a liberação da droga não se terá redução do consumo da mesma, principalmente na juventude que, embalada em modismos, acaba embarcando em uma canoa furada.

Vou dar um outro exemplo, que também foi noticiado em vários meios de comunicação - e destaco a Gazeta do Povo, que fez uma brilhante matéria - sobre essa máquina de fumar dos árabes, o narguilé, que tem sido a grande porta de entrada para o consumo de outras drogas, e pasme Sr. Presidente, uma hora de consumo do narguilé corresponde, nada mais nada menos, do que a cinco cigarros. Ao invés da pessoa estar fumando com menos riscos, ela está ampliando os riscos de se tornar uma dependente do fumo, do tabagismo e com muito maiores danos.

Vale aqui replicar o que nas carteiras de cigarro, pelo Ministério da Saúde, é divulgado na campanha anti-tabagismo. Essas peças publicitárias, muito sabiamente há uma em especial que diz que não há níveis seguros para o consumo do tabagismo, devido a uma infinidade de elementos químicos que são extremamente prejudiciais à saúde. E aí a juventude, embalada pelo colorido do vidro, do aparelho, narguilé, todo aquele colorido, toda aquela firula, há o registro de casos de grupos de jovens, pré-adolescentes, que não satisfeitos com esse tipo de fumo, que vem com “n” aromas, “n” sabores, substitui o fumo pela droga e substitui a água do recipiente por bebida alcoólica. Ou seja, onde é que vamos parar? E há um grupo que defende que a liberação da droga seria a alternativa para se coibir o narcotráfico. Eu discordo. Seria mal comparando eliminar a vaca para acabar com o carrapato. Penso sim que deve-se investir em campanhas agressivas contra todos os tipos de drogas.

Infelizmente os meios de comunicação ainda insistem em mostrar o lado encantador das drogas, mas pouco se divulga, ou não se divulga nada dos danos que a droga causa na vida do ser humano, através de documentários, através de peças orçamentárias que possam trazer ao conhecimento da sociedade a destruição de jovens, a des-

truição de famílias, a destruição da sociedade; porque só dessa forma é que se consegue impactar a adolescência, a juventude, a sociedade, para que esta reflita 1 milhão de vezes antes de embarcar, como eu disse, repito, nesta canoa furada.

Sabe-se, Deputado Valdir Rossoni, que com essas campanhas mais agressivas contra o tabagismo não se teve um avanço no consumo do cigarro, se estacionou.

Então, entendo que é mais uma prova que se os Governos e os governantes, quer na esfera federal, ou estaduais, investirem em campanhas nesse sentido, essas campanhas sim poderão coibir não apenas o consumo das drogas, como o narcotráfico e tudo mais que estiver agregado a esse tema.

E por fim, Sr. Presidente, quero também fazer o registro de uma enquete. Um dia desses eu estava, Deputada Rosane Ferreira, em meu carro e sintonizei numa emissora de rádio, e o comunicador fazia uma enquete pelo menos curiosa e inteligente ao mesmo tempo. Ele perguntava aos seus ouvintes, usando como referência os Estados Unidos, que depois de tantas e tantas legislaturas só agora elegeram o primeiro Presidente negro. E usando isso como referência, o comunicador em pauta, perguntou se as pessoas acreditavam que hoje o Brasil já estivesse pronto para eleger um Presidente negro, ou ainda mais, um Presidente, ou uma Presidenta mulher. E para minha maior surpresa, das pessoas que participaram, existiram algumas muito curiosas. Por exemplo, houve um grande predomínio de afirmações que o País talvez até estivesse pronto, num futuro muito próximo, a elegermos também o nosso Presidente negro; mas muito dificilmente estaríamos preparados para eleger uma mulher, tendo em vista que o brasileiro ainda é machista. E comecei a refletir, na prática isso procede. Porque vemos um número muito pequeno de mulheres como representantes neste Poder. E se atentarmos para as Prefeituras vamos ver que ainda a minoria é mulheres, nas Câmaras Municipais, no Congresso Nacional.

Fiz questão de trazer esta pesquisa, até para que todos possamos refletir, que há um cunho de verdade nisso.

E para finalizar quero, embora já tenha feito por escrito, justificar a minha ausência na quarta-feira passada. Estive representando o Partido Republicano Brasileiro em Brasília, no primeiro encontro de 2009 de todos os Presidentes Regionais do PRB, onde foram debatidos vários temas, dentre eles, penso estar em pauta em todos os partidos, a reforma política, que é a cláusula de barreira, a lista fechada ou aberta e outros temas relevantes na atualidade. Estava no encontro do Partido PRB, com figuras como o Senador Marcelo Grevílea e demais Deputados e Senadores do meu partido.

Muito obrigado.;

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulta às Lideranças dos Partidos: PMDB, Bloco PPS/PMN, Bloco PTB/PR, Bloco PSB/PRB/PV, Democratas, PT, PSDB, PDT, Liderança do Governo e Liderança da Oposição.

(Todos declinam)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 114/09, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Cultura, a construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã no Município de Prudentópolis. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 115/09, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a construção de uma sede para abrigar a Guarda Mirim, na Cidade de Irati. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 116/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a execução de obra de pavimentação asfáltica da Estrada dos Amores, no Município de Cianorte. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 117/09, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a implantação de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Dois Vizinhos. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 118/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Segurança, transformar o atual Pelotão da Polícia Militar em Companhia no Município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 119/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de 500 (quinhentas) carteiras escolares para o Município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 120/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de São Jorge do Ivaí. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 121/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Gover-

nador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Santo Antonio do Caiuá. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 122/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Quinta do Sol. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 123/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Peabiru. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 124/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Paçandu. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 125/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Paranacity. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 126/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Ourizona. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 127/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Nova Esperança. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 128/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Nossa Senhora das Graças. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 129/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Mariluz. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 130/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Munhoz de Melo. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 131/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Marumbi. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 132/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Gover-

nador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Marialva. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 133/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Mandaguaçu. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 134/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Lobato. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 135/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Jussara. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 136/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Jandaia do Sul. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 137/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Ivatuba. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 138/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Iguaraçu. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 139/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Floresta. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 140/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Engenheiro Beltrão. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 141/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Colorado. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 142/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Cambira. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 143/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Boa Esperança. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 144/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Atalaia. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 145/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Astorga. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 146/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 147/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de São Tomé. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Indicação nº 148/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma Unidade de Saúde da Mulher e da Criança, no Município de Terra Boa. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Ofício nº 060/09-GP/GS, subscrito pelo Sr. Presidente em exercício do Tribunal de Justiça, constante do expediente, solicitando a republicação da Lei Estadual nº 15951, de 24/09/08, em razão de erro material constante no respectivo anexo III, pois, no cargo de Eletrotécnico constou nível inicial C1, quando o correto é B1. **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Projetos de Lei em nº de 03 (três), de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa,, para os devidos fins.**

Requerimento nº 309, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, justificando sua ausência em Plenário nos dias 10 e 11/02/09, por compromisso oficial assumido em Brasília/DF. **À Diretoria Legislativa,, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 548/08, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Dom Pedro I, com sede e foro no Município de Lidianópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Em votação a emenda.

Aprovada.

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 504/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que reconhece a União dos Vereadores do Paraná - UVEPAR, como entidade oficial representativa das Associações Microrregionais de Câmaras, Câmaras Municipais e Vereadores do Estado do Paraná, para todos os efeitos de representatividade. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 509/08, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a divulgação da advertência “se beber não dirija” em cardápios e panfletos de propaganda de bares, restaurantes e casas de evento. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 537/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que institui a Semana Cultural das Bandas e Fanfarras no Estado do Paraná, a ser realizada na última semana de novembro, e passa a integrar o calendário de eventos do Estado e, dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/08, de autoria do Deputado Nereu Moura, que assegura aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças) em todo o Estado do Paraná, na forma que menciona. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. COM EMENDA DA CA. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 046 de 07/05/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 190/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, assegura aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças) em todo o Estado do Paraná na forma que menciona.

É legítima tal proposição, pois a Constituição Federal estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VI - florestas, caça, pesca, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

(...)

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da Justiça Social, observados os seguintes princípios:

(...)

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

A Constituição Estadual estabelece:

Art. 140. Como agente normativo e regulador das atividades econômicas, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de orientação, fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Art. 161. Compete ao Estado, na forma da lei, no âmbito de seu território, respeitada a política do meio ambiente:

I - instituir e manter sistema de gerenciamento dos recursos naturais;

II - o registro, acompanhamento e a fiscalização do uso dos recursos naturais.

Quanto à técnica Legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somo de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 24/06/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA
PROJETO DE LEI Nº 190/08

P A R E C E R :

Trata-se de proposição de iniciativa do nobre Deputado Nereu Moura que visa adotar política estadual de exploração econômica das madeiras de árvores nativas vítimas de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças) em todo o Estado do Paraná na forma que menciona.

A preocupação com o meio ambiente é prioridade nos meios políticos, quer da Administração Pública em geral, quer dos setores de iniciativa privada, máxime das relações internacionais, já que a questão afeta o planeta na sua globalidade.

Segundo a Lei nº 6938/81, Lei Federal, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências e consoante o que consta em seu artigo 6º, *literis*:

(...)

Art. 6º Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, assim estruturado:

(...)

II - órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida; (Redação dada pela Lei nº 8028, de 1990).

(...)

§ 1º Os Estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, elaborarão normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, observados os que forem estabelecidos pelo CONAMA, inciso II do artigo 6º, as leis deverão observar no mais as regras emanadas do CONAMA ouvido o IBAMA, artigo 8º, I.

Assim que cumpre elogiar a brilhante iniciativa do colega Parlamentar em preocupar-se com a regulamentação de mais uma opção do tratamento das áreas verdes que compõe o meio ambiente do nosso Estado que cumpre papel eminentemente humanitário e ambiental. A fauna e a flora e as reservas ecológicas fazem parte integrante do patrimônio da humanidade, contudo a existência do envelhecimento natural das espécies nativas e causas externas tais como ventos, tempestades, raios, por vezes causam a depredação natural do meio ambiente sem que os proprietários das áreas afetadas possam fazer o regular manejo e aproveitamento da madeira por falta de regulamentação.

Do Parecer Técnico - SEMA

Consultado a SEMA vieram o parecer técnico pelo Protocolo nº 0700472-3 de 13/08/08, encartado neste projeto de lei informando que a matéria objeto do presente projeto foi amplamente regulamentado pela Resolução nº 007/08 elaborada em conjuntamente com o IBAMA/SEMA/IAP de 12/04/08, portanto de publicação pretérita ao importante projeto de lei do Deputado Nereu.

Segundo parecer da SEMA o projeto de lei do Deputado Nereu foi integralmente abarcado pela referida resolução, como confirma-se no confronto do artigo 1º do presente projeto de lei e o artigo 3º, VI da Resolução nº 007/08 da SEMA, *literis*:

Projeto de Lei nº 190/08:

Art. 1º Fica assegurado aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças), no Estado do Paraná.

(...)

Resolução nº 007/08: (Capítulo III - da exploração na pequena propriedade rural).

Art. 3º Para a exploração e corte de espécies arbóreas e o aproveitamento de material lenhoso em remanescentes de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, sem o propósito comercial direto ou indireto, para consumo nas propriedades ou posses de pequenos produtores rurais e nos territórios das populações tradicionais, deverá ser observado o seguinte regramento:

(...)

VI - Serão priorizados para o aproveitamento os exemplares de árvores mortas em pé ou caídas por causas naturais.

Comparando-se a matéria amparada pela Resolução nº 007/08 da SEMA e o artigo 1º do presente projeto de lei constata-se a olho desarmado que a aprovação do projeto de lei se faz necessário como reforço legal à resolução citada tendo em conta que dentro da hierarquia das leis as resoluções não tem a mesma força da Lei Ordinária, sendo portanto de importância substantiva a aprovação do presente projeto com a finalidade de potencializar o manejo das espécies de árvores nativas.

Fundamentação

Segundo a Lei nº 6938/81, Lei Federal, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências e consoante o que consta em seu artigo 6º impunha-se a baixa em diligência já que os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental constituem o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA. De tal sorte que os Estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, elaborarão normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, observado os que forem estabelecidos pelo CONAMA ouvido o IBAMA. Neste mister essa comis-

são cumpriu a determinação da lei ao ouvir antes os órgãos que compõe o SISNAMA.

Vencida esta etapa cabe analisar a questão da constitucionalidade e legalidade quanto a competência da Assembleia Legislativa legislar matérias dessa natureza. Segundo dicção do artigo 24 da Constituição Federal compete aos Estados membros legislar concorrentemente sobre a proteção do meio ambiente, *literis*:

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

A matéria está contemplada pelo legislador constitucional e definida como competência da União Estados e Distrito Federal. Tanto o legislador Constitucional Federal quanto o Constitucional Estadual e a alta corte do judiciário digeriu a matéria esclarecendo que as matérias sujeitas ao domínio da legislação concorrente podem ser objetos de regulamentação legislativa pelos entes enumerados e nesta esteira a Constituição Estadual regulamentou a competência constitucional concorrente da Assembleia Legislativa no artigo 53, inciso XVII, *literis*:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

Em assentada jurisprudência da suprema corte deste país - Supremo Tribunal Federal - STF, já se decidiu sobre matéria correlata assim prelecionada:

Transporte coletivo intermunicipal. Exigência de adaptação dos veículos. Matéria sujeita ao domínio da legislação concorrente. Possibilidade de o Estado-membro exercer competência legislativa plena. Medida cautelar deferida por despacho. Referendo recusado pelo plenário. (STF - ADI 903-MC - Rel. Min. Celso de Mello - DJU 24/10/97). Referência Legislativa CF: artigo 24, XIV. DTZ 1110042. (grifamos).

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65, confere a Assembleia Legislativa, entre outras entidades, a iniciativa das leis complementares e ordinárias, *literis*:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

O Diploma Político do Estado do Paraná amplia a responsabilidade e conseqüentemente a competência de cuidar, proteger e defender o meio ambiente aos Municípios, à coletividade no uso racional dos recursos ambien-

tais em seu artigo 207, no capítulo destinado ao meio ambiente, capítulo V, assim dispõe, *literis*:

Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

Portanto não encontrei óbice legal que pudesse impedir a iniciativa de legislar desta Casa de leis, pois a própria Constituição Estadual que em seu artigo 66 fixa as matérias de competência privativa do Estado não veda a iniciativa da Assembleia Legislativa em legislar sobre as leis ordinárias e complementares concorrentemente com o Estado-membro e o Executivo Federal prevista no artigo 53, inciso XVII, remissivo ao artigo 24 da Constituição Federal.

Técnica Legislativa

O projeto de lei atende os pressupostos das regras da boa técnica legislativa dispostas na Lei Complementar nº 095/90 em seu artigo 7º, inciso IV, *literis*:

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa. (grifamos)

Pelas regras da Lei Complementar nº 095/90, segunda parte do inciso citado, excetuam-se as normas que se destinem a complementar lei considerada básica, neste caso a Lei Federal nº 6938/81. Por este vértice o projeto de lei reveste-se de constitucionalidade e legalidade na medida em que atende o comando normativo da lei maior, lei federal.

Para adequação do projeto de lei aos ditames da Lei Complementar nº 095/90 se faz necessário que o mesmo seja alterado fazendo a devida remissão à Lei Federal nº 6938/81 bem como seja corrigido o erro material de grafia dos artigos. Na verdade o artigo 3º do projeto de lei deverá ser alterado para artigo 2º, já que se trata de projeto de lei com apenas dois artigos. Neste propósito apresentamos a emenda modificativa em anexo.

Conclusão

Neste pensar afigura-se necessário a edição da lei do presente projeto de lei ainda posto que meritório na sua concepção, reforçando existência da norma que regulamenta a questão pelos órgãos competentes.

Esta é a razão pela qual pugno pela sua aprovação em face da sua constitucionalidade e legalidade com a emenda apresentada devidamente adequado à Lei Complementar nº 095/90 no que tange às regras da boa técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11/11/08.

(aa) PEDRO IVO - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 190/08

Art. 1º Atendendo as determinações da Lei Federal nº 6938/81 fica assegurado aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças) no Estado do Paraná;

Parágrafo Único. A liberação ocorrerá após vistoria do órgão competente respeitadas as normas estabelecidas pela Resolução Conjunta IBAMA/SEMA/IAP nº 007 de 18/04/08, no que couber.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11/11/08.
(a) ARTAGÃO JÚNIOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA
AO PROJETO DE LEI Nº 190/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, assegura aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças) em todo o Estado do Paraná na forma que menciona.

O presente projeto de lei já recebeu deste Relator parecer favorável, retornando em função de emenda recebida pela Comissão de Agricultura.

Em análise á emenda recebida, conclui-se que ela é constitucional e em nada altera o teor do projeto. Somente acrescenta disposições legais pertinentes constantes na Lei Federal nº 6938/08 e na Resolução conjunta do IBAMA/SEMA/IAP nº 007 de 18/04/08.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10/02/09.
(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Em discussão. Em votação.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)
Pela ordem, Sr. Presidente.
(Assentimento)

Eu protocolei um requerimento pedindo com relação ao Item nº 05, que está em 1ª discussão, projeto do Exmo. Sr. Deputado Nereu Moura, para que a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente pudesse opinar sobre o referido projeto, que é de sumo interesse não só de minha pessoa, mas como dos demais da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. Depois de aprovado em 1ª discussão, daí tem o seu requerimento, daí sim ele volta à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Está bem. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o Item nº 05 de autoria do Deputado Nereu Moura. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Há sobre a Mesa Requerimento nº 310, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente solicitando que o referido projeto seja encaminhado à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente para que receba análise e parecer. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. **Aprovado. Portanto, o projeto será encaminhado à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 433/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que cria Comitês Municipais de Tolerância Zero para Mortalidade por Câncer de Mama no âmbito do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovada. (Publ. no DA nº 125/08, de 22/10/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VOTO EM SEPARADO AO
PARECER PROPOSTO
PROJETO DE LEI Nº 433/08

O Projeto de Lei nº 433/08 de autoria da Deputada Cida Borghetti, cria Comitês Municipais de Tolerância Zero para Mortalidade por Câncer de Mama no Estado do Paraná.

A matéria recebeu parecer contrário nesta Comissão de Constituição e Justiça, com o qual discordamos com base nos seguintes fundamentos.

Não se trata de usurpar a competência da Secretaria Estadual da Saúde, mas sim complementar as políticas públicas já iniciadas em razão da campanha de combate ao câncer da mama no Estado do Paraná.

É preciso destacar que o projeto de lei exige a regulamentação do Poder Executivo, preservando a competência do mesmo.

A Constituição Federal, no artigo 197, prescreve ser de relevância pública as ações em favor da saúde.

É fundamental envolver a comunidade e a Administração Pública nesse trabalho.

A visão estreita da lei pode vir em detrimento da Saúde Pública. É fato que a doença em questão vem sendo registrada em pessoas cada vez mais jovens e é preciso efetivamente chegar à população com informação e com diagnósticos precoces.

Há no Estado do Paraná, de autoria da Deputada Cida Borghetti, lei fixando a realização de semana de conscientização sobre a prevenção do câncer de mama e a criação dos comitês foi considerada essencial para a interiorização dessa política pública, abrangendo sobretudo as mulheres de baixa renda.

Isto posto, emitimos parecer em separado favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 433/08.

Sala das Comissões, em 08/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 433/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, que cria Comitês Municipais de Tolerância Zero para Mortalidade por Câncer de Mama no Estado do Paraná.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo de mediada de prevenção, haja vista que a aplicação da medicina curativa é muito mais dolorosa para o paciente. Assim acontecendo diagnóstico precoce, sem dúvida, a qualidade de vida da mulher será preservada.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 11/02/09.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente

DR. BATISTA - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 523/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que acresce o parágrafo único no artigo 1º da Lei nº 15967/08. Ficam obrigados o SPC, SERASA e qualquer outro órgão de bancos de dados a retirar o nome do cidadão de cadastro positivo após confirmação do pagamento do débito. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 141/08, de 25/11/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 523/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, tem por objetivo acrescentar o parágrafo único no artigo 1º da Lei nº 15967/08, que obriga os órgãos de bancos de dados, tais como SPC e SERASA, a retirar o nome do cidadão de cadastro positivo após a confirmação do pagamento.

Fundamentação

De acordo com a justificativa do nobre Parlamentar, o projeto visa acabar com o desconforto e aborrecimentos que possam vir a ocorrer com a demora da retirada do nome do cidadão dos órgãos de cadastro negativo.

No que diz respeito à defesa do consumidor, a Constituição Federal assegura que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes:

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

Em decorrência do mandamento constitucional, foi editada a Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor - CDC), a qual versa também a respeito dos Bancos de Dados e Cadastros de Consumidores dispondo o seguinte:

Art. 43. O consumidor, sem prejuízo do disposto no artigo 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes.

§ 1º Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos (Grifei)

Nos termos do CDC, as informações negativas referentes ao consumidor não podem ficar armazenadas nos bancos de dados por período superior a cinco anos.

Ou seja, o prazo estipulado pelo CDC refere-se ao tempo máximo permitido para manter as informações negativas, sendo omissas quanto ao prazo para retirar o nome do cidadão após a confirmação do pagamento. Portanto, verifica-se que a medida proposta pelo nobre Parlamentar vem suprir no âmbito estadual a lacuna existente, pois conforme já mencionado, o CDC estipulou o prazo máximo permitido para armazenar as informações negativas sem referir-se a hipótese de quitação do débito.

Neste sentido dispõe a Constituição Federal:

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

Conforme preleciona Alexandre de Moraes, a competência suplementar dos Estados-membros pode ser dividida em duas espécies: competência complementar, a qual depende de prévia existência de lei federal a ser especificada pelos Estados-Membros; e competência supletiva, em decorrência da inércia da União em editar a lei federal, quando então os Estados, temporariamente, adquirirão competência plena tanto para edição das normas de caráter geral, quanto para normas específicas.

(MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. 22. Ed. São Paulo: Atlas, 2007. P. 296).

Ainda, oportuno registrar a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ, *in verbis*:

Civil. Processual. Acórdão. Nulidade não configurada. Ação de indenização. Inscrição no SPC. Manutenção do nome da devedora por longo período após a quitação da dívida. Dano moral caracterizado. Parâmetro. CDC, artigo 73.

I. Não se configura nulidade no acórdão estadual se o mesmo enfrentou suficientemente as questões essenciais ao julgamento da causa, apenas que com conclusões desfavoráveis à parte ré.

II. Cabe às entidades credoras que fazem uso dos serviços de cadastro de proteção ao crédito mantê-los atualizados, de sorte que uma vez recebido o pagamento da dívida, devem providenciar, em breve espaço de tempo, o cancelamento do registro negativo do devedor, sob pena de gerarem, por omissão, lesão moral passível de indenização. (grifei)

III - Ressarcimento, contudo, reduzido em valor proporcional ao dano, evitando enriquecimento sem causa.

IV - Recurso especial conhecido em parte e parcialmente provido. (RESP 511921-MT; Relator Min. Aldir Passarinho Junior).

Consoante o voto exarado pelo Relator da decisão em comento, constitui obrigação do banco que inscreve o nome de alguém em cadastro negativo de crédito o de proceder à exclusão, após o pagamento da dívida, já que desaparece, então, a finalidade e a razão para a existência do registro. Ainda, o Relator esclarece que uma vez recebido o pagamento da dívida, as entidades credoras devem providenciar, em breve espaço de tempo, o cancelamento do registro negativo do devedor, sob pena de gerarem, por omissão, lesão moral passível de indenização.

Ao acrescer o parágrafo único ao artigo 1º, mantêm-se o objeto original da lei, atribuindo-se apenas ao cidadão o dever de comunicar à agência bancária que efetuou a inclusão de seu nome em cadastro administrado pelo Banco Central, para que a agência efetue a retirada no prazo estabelecido pelo *caput* do artigo.

Por se tratar de norma que versa sobre direito do consumidor, competência classificada como concorrente pela Constituição Federal no artigo 24, VIII, o projeto em análise encontra respaldo constitucional:

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (grifo nosso)

Dessa forma, o projeto em análise atende às disposições constitucionais no que se refere à proteção ao consumidor.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação

Sala das Comissões, em 10/02/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 245-A, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Queria dizer ao Deputado Edson Strapasson que se for absolutamente o desejo dele nós encaminhamos pela aprovação do requerimento, respeitando o nosso companheiro que integra a nossa bancada. Ao mesmo tempo, quero dizer o seguinte: a Secretaria de Estado da Fazenda está preparando a resposta, só não deu tempo de ficar pronto para esta Sessão, mas até quarta-feira eu apresento a resposta ao Deputado Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Sr. Presidente, nestes termos, eu retiro o requerimento aguardando as informações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. Está **retirado** o requerimento.

Requerimento nº 203, de autoria dos Deputados Fernando Scanavaca, Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Elio Rusch e Luiz Carlos Martins, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Encaminhar)

Sr. Presidente, eu conversei com o Presidente da COPEL, em respeito à Bancada de Oposição, Deputado Elio Rusch, sobre esse pedido de informações e, efetivamente, a COPEL, uma parte, inclusive, desse pedido de informações já se encontra até no site do próprio Governo da COPEL com uma parte dessas respostas. Entretanto, ainda outras respostas aqui pretendidas, claro, exigem uma pesquisa, uma elaboração, não é um requerimento simples de ser respondido, a COPEL tem que fazer um levantamento sobre esses números todos. Mas, eu também quero lhe dizer o seguinte: se V. Exa quiser, podemos aprovar o requerimento. Agora, se V. Exa. também nos der um voto de confiança, eu lhe garanto que até o término do período, não desta semana, mas da outra semana, estaremos apresentando a resposta ao seu pedido de informações relativo aqui a questão que envolve os preços praticados pela COPEL junto aos seus distribuidores. V. Exa, com seu juízo de valor, julgue aqui aquilo que estou dizendo: ou espere 15 dias, ou vai esperar o

prazo regular que, certamente, vai ser muito maior. Então, V. Exa. decide.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço, Sr. Presidente, ao Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, nós sempre tivemos uma boa convivência em relação aos pedidos de informações. Mas, uma vez que os documentos não estão aqui, nem que esperemos trinta dias, Deputado Romanelli, vamos aprovar o requerimento e esperamos o prazo, nem que sejam 30 dias, para que possamos obter as respostas. Muito obrigado, Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Perfeitamente, Sr. Presidente, e nós encaminhamos então favoravelmente à aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 208, de autoria dos Deputados Plauto Miró, Marcelo Rangel, Ademar Traiano e demais Deputados, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, da mesma forma, como todos sabem aqui, eu encaminho sempre os requerimentos, quando eu os recebo, a cada um dos titulares dos órgãos para ver se têm interesse em responder o requerimento que está sendo apresentado aqui nesta Casa. E desta vez em relação ao Presidente da COHAPAR, Rafael Greca de Macedo, não foi diferente, o mesmo já providenciou a resposta deste requerimento. Aliás, até quero dizer, Deputado Elio Rusch, que muitas informações eu mesmo poderia, aqui, prestar a esta Casa. Mas, a COHAPAR está respondendo e até amanhã, daremos a resposta em mãos a V. Exa., deste requerimento dirigido à presidência da COHAPAR.

As informações que me refiro dizem respeito ao requerimento apresentado na última Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Romanelli, há também um pedido de informações COHAPAR, datado de 18 de novembro de 2008, que ainda não veio a resposta, segundo nos informa. São duas coisas distintas.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, estou falando deste requerimento da semana passada.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Quero agradecer também ao Deputado Romanelli pela gentileza em querer aprovar este requerimento. Vamos aprovar também na certeza de que o presidente da

COHAPAR vai enviar os esclarecimentos necessários em relação a este requerimento.

Agradeço.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

O nosso Governo não tem absolutamente nada a ocultar. Então, encaminhamos favoravelmente. Não é requerimento para provocar, é um requerimento que deve ser obviamente respondido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. E na mesma esteira, o requerimento de 18 de novembro de 2008, que está faltando a COHAPAR nos responder.

Em votação. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 211, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 230, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Tenho em mãos a resposta que me foi enviada, pelo sempre atuante e expedito Rogério Tizzot. Se V. Exa. ma permitir, ele solicita em três perguntas.

(**Lê**):

1) *Quais são os critérios utilizados para a concessão de linhas do transporte intermunicipal?*

2) *Quais são as empresas concessionárias de transporte intermunicipal que estão operando atualmente no Paraná?*

3) *Relatório com a data do término das referidas concessões.*

Com relação aos itens 1 e 3, informamos que de acordo com a legislação vigente, qualquer permissão ou concessão de linha de transporte coletivo deve ser precedida de licitação. Conforme disposto no regulamento vigente, Decreto Estadual 1821/00, a licitação somente poderá ocorrer após a elaboração do Plano Diretor para o Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná, motivo pelo qual e também, face ao vencimento do prazo de validade dos contratos de concessão das linhas do sistema, encontra-se em trâmite o Protocolo nº 7.439.628-3, objetivando a contratação de serviços, através de processo licitatório, para elaboração do referido plano, o qual deverá discriminar todas as linhas necessárias existentes ou a serem implantadas, quer seus mercados estejam ou não servidos.

Com relação ao item 2, relacionamos a seguir as empresas que operam as linhas de transporte coletivo intermunicipal de passageiros do Estado do Paraná:

001 - *Expresso Princesa dos Campos S/A.*
 003 - *Expresso Maringá Ltda.*
 007 - *Viação Garcia Ltda.*
 011 - *Princesa do Norte S/A.*
 013 - *Campo Alto Tijucas Ltda.*
 018 - *Reunidas S/A - Transportes Coletivos.*
 021 - *Transportes Andorinhas S/A.*
 022 - *J. Araújo & Cia Ltda.*
 023 - *Expressão Estrela Azul Ltda.*
 024 - *Princesa do Ivaí Ltda.*
 027 - *Curitiba Cerro Azul Ltda.*
 029 - *Viação Jóia Ltda.*
 031 - *Expresso São Bento Ltda.*
 036 - *Expr. Nossa Senhora de Fátima Ltda.*
 037 - *Expresso Nordeste Linhas Rodoviárias Ltda.*
 039 - *Viação Umuarama Ltda.*
 041 - *Eucatur Empresa União Cascavel de Transporte e Turismo Ltda.*
 045 - *Viação Ouro Branco S/A.*
 054 - *Viação N. Sra. Aparecida de Benedito A de Queiroz & Cia Ltda.*
 064 - *Expresso Planeta Ltda.*
 111 - *Viação Graciosa Ltda.*
 118 - *Ingá Turismo Ltda.*
 130 - *Viação Real Ltda.*
 145 - *Francovig & Cia Ltda.*
 165 - *Viação Itaipú Ltda.*
 171 - *Viação Santana do Iapó Ltda.*
 175 - *Transtol - Empresa de Transportes Coletivo Toledo Ltda.*
 182 - *Expresso Guarios e Turismo Ltda.*
 187 - *Viação San Genaro Ltda.*
 192 - *Viação Pato Branco Ltda.*
 198 - *Zecatur - Transporte Coletivo de Passageiros Ltda.*
 200 - *Viação Marumbi Ltda.*
 218 - *Til Transportes Coletivos Ltda.*
 240 - *Expresso Bituva Ltda.*
 276 - *Ell Brun - Transporte Coletivo de Passageiros Ltda.*
 310 - *Cattani Sul Transportes e Agência de Turismo Ltda.*
 351 - *A N. Transportes Coletivos Ltda.*
 368 - *Dijavi Transportes Rodoviários Ltda.*
 411 - *Viação Sudoeste Ltda.*
 413 - *Transportadora Kalunga Ltda.*
 503 - *Expresso Santa Tereza do Oeste Ltda.*
 511 - *Cidade Verde Transporte Rodoviário Ltda.*
 599 - *Jânio Belloni - Primo Tur.*
 806 - *Viação Cidade Ivaiporã Ltda.*
 1000 - *Cleide Ferreira Bueno.*
 1389 - *TCTUR - Transporte Rodoviário de Passageiros Ltda.*
 1620 - *Brasil Sul linhas Rodoviárias.*
 1621 - *Nordeste Transportes Ltda.*
 1950 - *Auto Viação Catarinense Ltda.*

2196 - *E Bachmann e Pereira Ltda (Expresso Vitória).*

2827 - *Viação Mattos Ltda.*

Curitiba, 12/02/09.

(a) **SÉRGIO BONATTO CARDOZO**

Coordenador CTRC

Essa informação é do coordenador CTRC, Sérgio Cardozo, no ofício capeado pelo Secretário Rogério Tizzot, dando satisfação ao seu pedido de informação. Eu gostaria de lhe passar em mãos.

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, gostaria de agradecer a presteza do Sr. Secretário Rogério Tizzot, sempre à disposição dos nobres Parlamentares, para sanar as dúvidas. Ele sempre me encaminhou todas as respostas aqui, os questionamentos, os requerimentos que encaminhei à Mesa. Então, quero agradecer ao Sr. Secretário, realmente pela presteza e atenção que dá a esta Casa.

Agora também gostaria de fazer um novo questionamento para saber os valores dessas licitações, de quanto cada empresa paranaense paga pelos respectivos trajetos ao DER. Mas vou fazer numa outra oportunidade, através de requerimento, Sr. Presidente. Já recebi a informação, agradeço ao Líder do Governo e ao Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está **retirado** o requerimento.

Requerimento nº 278, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SRS. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Informa-me a assessoria da Liderança do Governo que a resposta ao pedido de informações da COHAPAR já está na Casa, só que o funcionário que trouxe, inadvertidamente ou corretamente até, entregou na 1ª Secretaria e não na Liderança do Governo.

Então, ele está na Casa já, só que está circulando pelos nossos corredores.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está certo. Obrigado, está esclarecido.

Requerimento nº 279, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 253, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 246, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 254, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas lembrar a esta Casa e todos os Deputados e Deputadas que na próxima quinta-feira, dia 19, às 17h, vamos ter a Sessão Solene aqui na Assembleia Legislativa ocasião que estaremos comemorando 180 anos da imigração Alemã no Paraná.

Os primeiros alemães vieram ao Estado do Paraná no dia 19 de fevereiro de 1829, para o Município de Rio Negro, e já temos a confirmação que estarão presentes aqui na Sessão o Embaixador da Alemanha, o Cônsul Geral da Alemanha em São Paulo, temos também a presença confirmada do Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, entre outras autoridades. Com certeza o Executivo, por parte do Governo do Estado, estará representando, o Poder Judiciário com toda certeza também estará representando, o Tribunal de Contas, o Ministério Público. Acho que é uma data muito importante que o Paraná vai prestar esta homenagem na próxima quinta-feira para os colonizadores germânicos que vieram para o Estado do Paraná, que têm contribuído muito e V. Exa., como Presidente, quando era Secretário da Indústria e Comércio do Paraná, foi responsável pela vinda de algumas indústrias para o Estado do Paraná: a Audi, a Volks, a Siemens, também uma empresa alemã que se instalou em Irati, acho que também veio na época que V. Exa. era Secretário da Indústria e Comércio do Governo do Estado, entre tantas outras empresas que estão no Paraná, contando grandes, médias e pequenas empresas, e os agricultores, que os primeiros que vieram para cá foram os agricultores.

Então, a homenagem que o Paraná e a Assembleia Legislativa estará prestando na próxima quinta-feira, aproveitar a oportunidade e convidar a todos os Deputados para estarem, nós sabemos que quinta-feira é véspera de Carnaval, mas como a data é 19 de fevereiro, Dia da Imigração Alemã, então é nesse dia que vamos ter a Sessão Solene, às 17h.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Primeiro dizer ao Deputado Elio Rusch que independente de ser Carnaval ou não, entendo que é uma data significativa e certamente esta Casa vai fazer uma bela homenagem à uma colônia tão importante como a alemã, que temos no Estado do Paraná.

Por outro lado, Sr. Presidente, á aquilo que eu digo, às vezes há uma certa pressa de se aprovar certas coisas.

Olha, enquanto eu falava, recebia aqui do Presidente da COPEL, Rubens Ghilardi, a resposta, uma longa

resposta ao pedido de informações feito pela Liderança da Bancada da Oposição.

Então, Deputado Elio Rusch, veja como às vezes é necessário ter um pouco de paciência, porque eu pedi há poucos dias, mas a COPEL, com a presteza que lhe é peculiar, pelo corpo técnico e pela qualificação de seus profissionais, já me trouxe aqui a resposta ao requerimento. Eu pedi 15 dias a V. Exa., não demorou 15 minutos, está aqui já a resposta. E V. Exa. acabou aprovando o requerimento para esperar mais 30 dias. Então, Sr. Presidente, eu pergunto ao líder se ele quer manter o requerimento ou receber as respostas aqui?

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Quero informar ao Líder do Governo, Deputado Romanelli, o requerimento foi aprovado, mas vamos olhar os documentos seus. Se o documento atende aquilo que o requerimento quer, vamos conversar com o Presidente da Casa e na próxima Sessão poderemos desconsiderar o que aprovamos, desde que preencha aquilo que estamos solicitando.

Requerimentos nºs 247 a 252, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 260 a 268, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 270, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 271 a 273, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 504, 509, 537 e 548/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 433 e 523/08.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 046/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissão

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Caíto Quintana e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Dr. Batista e Jonas Guimarães. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Carlos Simões. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 505/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. O Sr. Deputado Artagão Júnior SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 02) Projeto de Lei nº 514/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi. O Sr. Deputado Tadeu Veneri SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 03) Projeto de Lei nº 449/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 04) Projeto de Lei nº 190/08, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins à emenda oferecida pela Comissão de Agricultura - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 279/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 396/08, de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 435/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 545/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 545/08, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 462/08, de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida, Elton Welter e Luciana Rafagnin. O Sr. Deputado Artagão Júnior, Relator, requer a conversão da matéria em diligência junto à Secretaria de Estado da Educação e à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - DEFERIDO pelo Presidente; 10) Projeto de Lei nº 482/08, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco

Bühner - APROVADO. O Deputado Francisco Bühner apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nº 523/08 e 537/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 523/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel - Altera dispositivos da Lei nº 15967/08. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 537/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 504/08, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 509/08, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 511/08, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 16) Projeto de Lei nº 548/08, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

Publicações Administrativas:

Minuta de Contrato

MINUTA DE CONTRATO

Protocolo: 4852/08.

Modalidade: Tomada de Preços nº 003/08

Objeto: Contratação de empresa para fornecer refeições para a Presidência e a 1ª Secretaria desta Assembléia.

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: Leda Comércio de Alimentos Ltda.

Valor: R\$ 15,98 por pessoa.

Vigência: 01/01/09 à 31/12/09.

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

Aditivo de Contrato

1º ADITIVO DE CONTRATO

Protocolo: 9633/07.

Modalidade: Tomada de Preços nº 001/07

Objeto: Prestação de serviço de transmissão de dados.

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: Rádio e Televisão Rotioner Ltda.

Valor: R\$ 120.000,00 mensal.

Vigência: 29/11/08 à 28/11/09.**Dotação:** 3390.3909

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

Balancete Financeiro**Janeiro/2009**

OFÍCIO Nº 002/09

Curitiba, 11/02/09.

Senhor Diretor:

Pelo presente venho respeitosamente à presença de
V. Sa. apresentar o Balancete Financeiro deste Poder

referente ao mês de JANEIRO/09, conforme relatório
anexo, pedindo para que seja feita a publicação do
mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a V. Sa. protestos de
estima e consideração.

(a) JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA
Coordenadoria de Contabilidade

ILMO. SR.

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

M.D. Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Janeiro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:31/01/2009
MÊS: Janeiro	Exercício: 2009	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	25.300.000,00	25.300.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	25.300.000,00	25.300.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	100.000,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	100.000,00	100.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	25.400.000,00	25.400.000,00
II - EXTRAORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	186.482,80	186.482,80
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	186.482,80	186.482,80
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRAORÇAMENTÁRIO	186.482,80	186.482,80
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	11.644.500,69	11.644.500,69
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	11.644.500,69	11.644.500,69
TOTAL	37.230.983,49	37.230.983,49

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS Janeiro	MÊS: Janeiro Exercício: 2009	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/01/ 2009
--	---------------------------------	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	17.504.612,70	17.504.612,70
Pessoal e Encargos Sociais	15.892.639,87	15.892.639,87
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.611.972,83	1.611.972,83
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	17.504.612,70	17.504.612,70
II - EXTRAORÇAMENTÁRIO		

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
RESTOS A PAGAR	1.532.890,00	1.532.890,00
Pagamentos	1.532.890,00	1.532.890,00
Cancelamentos	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	0,00	0,00
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRAORÇAMENTÁRIO	1.532.890,00	1.532.890,00
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	18.193.480,79	18.193.480,79
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	18.193.480,79	18.193.480,79
TOTAL	37.230.983,49	37.230.983,49

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA - Coordenadora de Contabilidade

